

A POSSIBILIDADE DE UMA CIÊNCIA DA MENTE: O PROBLEMA DA LIBERDADE

THE POSSIBILITY OF A SCIENCE OF MIND: THE PROBLEM OF FREEDOM

Rafael Andrés Patiño*

Recibido: Septiembre 28 de 2011 - **Aceptado:** Diciembre 16 de 2011

Resumo

O texto reflete sobre a possibilidade de uma ciência do mental, destacando alguns problemas epistemológicos e éticos derivados do uso de linguagens fisicalistas ou abstratas para descrever os processos mentais. Para tanto, relaciona-se tais problemas a questão da liberdade.

Palavras-chave:

Ciência da mente; externalismo; liberdade, fisicalista.

Abstract

This paper is about the possibility of a science of mind, remarking some epistemologic and ethical issues derived from abstract and physicalistic language to describe mental processes. Then it relates these problems with the question of freedom.

Keywords:

Science of mind; externalism; freedom; physicalism.

*Magíster en Psicología Universidad de San Buenaventura. Candidato a Doctor en Psicología. Universidad Federal de Bahía. Bahia-Brasil.
E-mail: rafa.patigno@gmail.com

A possibilidade de uma ciência da mente: o problema da liberdade

A possibilidade de uma ciência da mente com leis gerais e uma linguagem consensual que permita aos indivíduos pertencentes à comunidade científica descrever, compreender o funcionamento, e prever o *comportamento* do objeto em questão¹ gera um problema ético, sejam os cientistas conscientes ou não dele. Isto porque as tentativas pela construção de uma ciência do mental geralmente encontram-se com um paradoxo: a conquista hipotética de tão desejados objetivos (especialmente se fosse possível prever o comportamento do objeto) apagaria a possibilidade da liberdade humana; já o colocava Aristóteles (1985): a marca da mente é não ter lei, ou que ela seja a liberdade.

A construção de uma teoria materialista dos fenômenos mentais com uma linguagem comum e aceita pela comunidade científica é uma das metas de alguns pesquisadores contemporâneos; o objetivo seria não falar mais de conceitos não observáveis como vontade, desejo, crença ou representação, comuns na filosofia e na psicologia para referir-se aos conteúdos da mente.

Aparece aqui o problema da linguagem científica a respeito da mente que vou dividir em dois. O primeiro refere à natureza dos fenômenos mentais: é ela física ou abstrata? O segundo tem a ver com a possibilidade de uma linguagem unificada e aceita pelos seus alcances explicativos.

A psicologia não tem conseguido resolver o problema da linguagem unificada, motivo pelo qual seria mais adequado falar de psicologias (em plural), como construções teórico-metodológicas que definem, cada uma, seu objeto de forma diferente, sendo que pode ser os processos cognitivos, as emoções, o inconsciente, as representações, e em ocasiões chegam a ser divergentes entre si que podem até desconsiderar a possibilidade de introduzir o conceito de mente ou uma noção próxima, como acontece com o behaviorismo. Pelo menos o que tem caracterizado a maioria das abordagens psicológicas é o uso de conceitos abstratos para se referir aos conteúdos da mente ou aos processos dos quais se ocupa.

O problema do uso da linguagem fisicalista, abstrata ou ambas, remete à concepção monista ou dualista da natureza do mental. Atualmente muitas críticas têm sido dirigidas à concepção dualista cartesiana, entre outros motivos porque se ela fosse aceita, não seria possível explicar os conteúdos mentais a partir de pesquisas com a matéria orgânica, isto é, são duas linguagens diferentes: uma física que remete, por exemplo, a neurotransmissores, neurônios ou pulsos elétricos; e outra abstrata, que fala de vontade, desejo, pensamento, ideia ou crença.

¹ Os descobrimentos da física subatômica durante o século XX colocaram em xeque a definição tradicional de ciência e abriram novos caminhos epistemológicos que estão sendo usados por alguns pesquisadores dedicados a compreender, por exemplo, o funcionamento da consciência usando o Princípio da Incerteza de Heisenberg. No entanto, tais abordagens ainda não têm um poder explicativo suficiente.

Neste sentido os fisicalistas propõem que a melhor explicação é sempre a materialista; sua proposta é reducionista porque busca eliminar a linguagem psicológica, por ser considerada dualista. No meu entender, pretendem traduzir o desejo a uma fórmula química para explicar o sujeito como um objeto determinado organicamente.

O panorama exposto parece um caminho sem saída porque, embora saibamos que qualquer evento psicológico tem um correlato fisiológico, se a teoria for psicológica o evento tem que ser psicológico também, e não seria possível explicá-lo com uma linguagem física. Por outro lado, assumir uma posição fisicalista-monista elimina os conteúdos mentais em termos de desejo, crenças ou intenções.

O externalismo assume um lugar moderado perante este impasse. Reconhece a crítica ao dualismo e tenta, ao mesmo tempo, evitar o reducionismo do fisicalismo. Para o externalismo, os conteúdos de nosso pensamento estão determinados parcialmente pelo entorno; a mente não se constitui só pelos elementos intrínsecos como no dualismo cartesiano, mas também não está isolada², pois semanticamente está determinada pelo mundo externo. Desde ponto de vista, então, a mente não está no cérebro, não é possível encontrar os pensamentos cortando o cérebro, ali não estão os significados. A lógica da significação ultrapassa as explicações individualistas, sendo um processo também da ordem cultural. Para externalismo, quando o ambiente sociolinguístico muda o pensamento também muda, o que faz impossível o projeto de compreender o funcionamento da mente a partir da pesquisa do cérebro. Em consequência, não é possível entender como se constroem os conceitos, as ideias, ou as crenças pela via do fisicalismo; o pensamento está em parte determinado externamente, dir-se-ia, culturalmente.

Esta é uma nova saída que vai além das propostas da psicologia individualista e das neurociências, e que concorda com algumas colocações da psicologia social contemporânea, a qual tem se preocupado por compreender como os significados, os conteúdos mentais, são construídos socialmente. No entanto, apesar de que resolve em parte o problema do individualismo derivado do dualismo cartesiano, porque abre uma porta para compreender de quê forma fenômenos aparentemente isolados e privados como os pensamentos, são construídos e influenciados parcialmente pelo entorno linguístico mantendo um vocabulário mentalista, não resolve a pergunta de como um acontecimento físico causa um psicológico ou vice-versa.

Na minha opinião, na pressa por encontrar respostas, a ciência tem se esquecido de algumas consequências derivadas dos abordagens naturalistas. Além de que seja possível ou não explicar a mente a partir da pesquisa do cérebro, tal via elimina *a priori* o conceito de liberdade; a manipulação dos neurônios para produzir pensamentos, crenças ou comportamentos eliminaria (ou pelo menos

² Esta reflexão está em parte suscitada pelos experimentos mentais descritos por Burge (1998).

colocaria em questão) a necessidade de uma moral que leve em conta o conceito de responsabilidade subjetiva. Tal ontologia materialista está sendo adotada, por exemplo, pela justiça quando usa a castração química em alguns criminosos sexuais.

Uma crítica dirigida à proposta externalista basea-se na ideia de que agir com liberdade inclui a avaliação dos estados mentais, mas isto exige o conhecimento de tais estados. O problema seria que para o externalismo os estados mentais estão determinados parcialmente pelo contexto sociolinguístico, do qual nem sempre somos conscientes, por tanto, estritamente não existiria autoconsciência e também não autonomia.

Esta crítica pode ser respondida usando colocações psicanalíticas, outro contexto teórico no qual se sabe que conteúdos inconscientes determinam parcialmente o comportamento, sem que por isso seja barrada a responsabilidade subjetiva. Da mesma forma, no externalismo a função do contexto sociolinguístico não exclui que acontecimentos físicos possam determinar parcialmente os conteúdos mentais e nossa ação. Nenhum desses fatores determina por completo o comportamento humano, como nenhuma substância ou acontecimento tem o mesmo efeito em todos os indivíduos.

A contrapartida física dos conteúdos mentais não os determina, é seu correlato. Falar de mente, ou de qualquer equivalente nominal, implica uma porção de liberdade, de indeterminação que não é possível reduzir a nenhuma linguagem, seja ela fisicalista ou psicológica, sem correr o risco de apagar o sujeito. É por isso que nosso trabalho de pesquisa para compreender a mente parece ter um limite insuperável que nos enfrenta com a angustia da incerteza: nossa própria noção de liberdade.

Referências

Burge, T. (1998). O Individualismo e o Mental. Originalmente publicado em *Midwest Studies in Philosophy, IV*, 1979. Tradução: Maria Leonor Maia dos Santos

Aristóteles (1985). *Ética a Nicômaco*. Brasília: Editorao UnB.